Art. 26 - Os candidatos e os fiscais deverão votar nas Seções Eleitorais nas quais constem seus nomes, conforme listas em ordem alfabética divulgadas pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 27 - O eleitor votará na mesa receptora em que estiver incluído o seu nome, conforme listas em ordem alfabética a serem divulgadas pela Comissão Eleitoral Central.

§ 1º - Não será permitido o uso de urnas volantes e voto em trânsito.

§ 2º - Em caso de um eleitor possuir mais de uma vinculação com a Universidade, seu direito ao voto será exercido nas seguintes condições:

a) Docente que for também discente e/ou técnico-administrativo votará como docente;

b) Técnico-administrativo que for também discente na Universidade, votará como Técnico-administrativo.

Art. 28 - Ao término do horário da consulta, a mesa receptora deverá verificar a existência de fila dos eleitores e providenciar a distribuição de senhas para quem se encontra a espera.

SEÇÃO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 29 - É assegurado às chapas fiscalizarem os processos de consulta e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais que deverão ser devidamente cadastrados pela Comissão Eleitoral Central.

§ 1º - As chapas indicarão para a Comissão Eleitoral Central, por meio de documento, eleitores para exercerem as funções de fiscais de consulta e de apuração.

§ 2º - Nas Unidades Universitárias os fiscais devem ser cadastrados pela subcomissão mediante solicitação das chapas.

TÍTULO VII

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 30 - Concluída a consulta, em horário não inferior a 2h, a mesa receptora transformará em mesa apuradora que encaminhará o resultado a Comissão Eleitoral Central para a totalização.

Parágrafo único - A apuração poderá ser acompanhada por um fiscal de cada chapa, devidamente credenciado pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 31 - As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

§ 1º - Após a abertura da urna, o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

§ 2º - A mesa apuradora deverá conferir, inicialmente o nº. de votos com o nº. de votantes constantes na ata e nas listas de presença.

Art. 32 - Será anulada a urna que:

- I. Apresentar, comprovadamente sinais de violação;
- II. Apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;
- III. Não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 33 - Será anulada a cédula que:

- I. Não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva Mesa Receptora;
- II. Não corresponder ao modelo oficial.

Art. 34 - Serão considerados nulos os votos que contiverem:

- I. Mais de uma chapa assinalada;
- II. Rasuras de qualquer espécie;
- III. Quaisquer caracteres que permitam identificação.

Art. 35 - Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Art. 36 - Após a apuração das urnas de cada seção, os votos e documentos deverão ser guardados em suas urnas de origem, que serão lacradas pela Comissão Eleitoral Central para efeito do julgamento de eventuais recursos interpostos.

§ 1º - Para cada Seção Eleitoral será elaborado um mapa de apuração pela Mesa Apuradora, assinado pelos seus membros e pelos fiscais presentes.

§ 2º - No mapa de apuração deverá constar:

- I. O número de eleitores discriminado por categoria;
- II. O número de votantes discriminado por categoria;
- III. O número de votos válidos, nulos e brancos discriminado por categoria;
- IV. O número de votos de cada chapa discriminado por categoria;
- V. O fechamento aritmético dos resultados apurados nos itens anteriores.

§ 3º - Após a confecção dos mapas de todas as seções, a Comissão Eleitoral Central elaborará o mapa global de apuração, que deverá conter as informações dispostas no parágrafo anterior.

Art. 37 - O resultado da apuração obedecerá o critério de proporcionalidade entre os eleitores dos três segmentos, de maneira que toda categoria tenha o mesmo peso.

§ 1º - Os votos recebidos pelas chapas, dentro de cada uma das categorias, serão ponderados para que seja determinada a porcentagem de votos de cada chapa, de acordo com a seguinte expressão:

$$P = \left(\frac{V_d}{N_d} + \frac{V_e}{N_e} + \frac{V_t}{N_t} \right) \frac{100}{3}$$

Onde,

P = Porcentagem total dos votos na chapa,

V_d = Número de votos dos docentes na chapa,

V_e = Número de votos dos discentes na chapa,

V_t = Número de votos dos técnicos administrativos na chapa,

N_d = Número de votantes docentes,

N_e = Número de votantes discentes,

N_t = Número de votantes técnicos administrativos,

§ 2º - Para o cálculo da porcentagem total de votos na chapa serão considerados duas decimais, fazendo-se o arredondamento da segunda decimal do resultado para o inteiro imediatamente superior se a terceira decimal for igual ou superior a cinco, ou para o inteiro imediatamente inferior se a terceira decimal for inferior a cinco.

§ 3º - Serão excluídos votos brancos e nulos para o cálculo dos votos recebidos pela chapas.

Art. 38 - Será declarada vencedora a chapa que obtiver maior percentual de votos ponderados.

TÍTULO VIII

DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 39 - Encerrada a totalização dos votos, a Comissão Eleitoral Central divulgará o resultado da consulta imediatamente.

TÍTULO IX

DOS RECURSOS

Art. 40 - Qualquer recurso deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Central, por escrito, no prazo máximo de 24 horas da prática do ato que originou o recurso.

§ 1º - A Comissão Eleitoral Central, encerrado o prazo estabelecido no caput deste artigo, deverá, num prazo máximo de 24 horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º - Os recursos à Comissão Eleitoral Central deverão ser apresentados pelas chapas.

Art. 41 - Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral Central no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados pela mesma.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - A Comissão Eleitoral Central solicitará às chefias imediatas a liberação das atividades profissionais dos seus membros, docentes e técnicos-administrativos, para atuar na Comissão.

Parágrafo único - Será garantida a compensação das faltas às aulas ou aos trabalhos escolares dos representantes discentes na Comissão Eleitoral Central nos dias e horas da Reunião da Comissão, e dos mesários nos dias da eleição, mediante declaração do Presidente da mesma, encaminhada à Coordenação de Curso do discente.

Art. 43 - Dos atos das subcomissões cabe recursos a Comissão Eleitoral Central no prazo de 24 horas e esta deve responder no mesmo prazo.